



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL DO PIAUÍ
CNPJ nº 01.616.855/0001-04 - pmtamboril@gmail.com
Praça do Mercado, 56, Centro, Tamboril do Piauí-PI – CEP 64.893-000

PARECER – Assessoria Jurídica
PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2019/CPL/D
Assunto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços no gerenciamento de documentação no monitoramento e conclusão do planejamento do Plano de Ações Articuladas – PAR-SIMEC e monitoramento módulo Obras 2.0, para o Município de Tamboril do Piauí –PI.
REQUERENTE: CPL
REFERÊNCIA: MEMO-S/N/2019/CPL, 05 de Abril de 2019
REQUISITANTE: Presidente da CPL

Senhor Presidente,

Trata-se de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO de licitação com vistas à serviços de Gerenciamento de documentação no monitoramento e conclusão do planejamento do Plano de Ações Articuladas – PAR-SIMEC e monitoramento módulo Obras 2.0, para o Município de Tamboril do Piauí –PI.

O caso em análise comporta, claramente, a dispensa de processo licitatório formal. Encontramos duas possibilidades para o uso do instituto, sob a ótica do art. 24, II c/c art. 23, II, a), da Lei n.º 8666/93.

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998);

Portanto, ficou demonstrando a possibilidade da contratação direta para o objeto pretendido, via DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Foram apresentados os seguintes itens:

- a) Pesquisa de preços e
- b) Orçamento

Quanto à ratificação e à publicação, que se observem-se as disposições do art. 26, da Lei n.º 8.666/93, bem como a informação no sistema licitações web.

À CPL para parecer e, após, ao Gabinete da Prefeita Municipal, para ratificação.

É o parecer, s.m.j.

Tamboril do Piauí (PI), 08 de Abril de 2019

Assessor Jurídico